

Trabalho escravo e destruição do meio ambiente



Leonardo Sakamoto/Repórter Brasil

Falar em **sustentabilidade** virou moda. O termo ganhou força a partir dos anos 1970 e sua popularização simbolizou a preocupação em tornar compatíveis o crescimento econômico, a preservação ambiental e a justiça social. Atualmente, muitas empresas e governos afirmam que seus produtos e políticas públicas são “verdes”. Movimentos sociais, ONGs e associações também incluíram a sustentabilidade como bandeira. Só por aí, dá para perceber que o uso desse termo, na prática, pode ter significados bem diferentes.

Por isso, costuma-se dizer que sustentabilidade é um **conceito em disputa**, ou seja, ainda em construção.

Se sustentabilidade é um conceito tão aberto e polêmico, de onde vem sua força? Por que ele passou a fazer parte do discurso de sujeitos sociais tão variados? Acreditamos que isso acontece porque é cada vez mais evidente a **insustentabilidade** do atual modelo de produção e consumo. A ocorrência de **trabalho escravo contemporâneo** e a **destruição do meio ambiente** são prova disso. Não por acaso, as áreas onde já houve mais libertações de trabalhadores escravizados são as mesmas que têm os maiores índices de desmatamento.

Também não é à toa que em muitas áreas da Amazônia a luta pela **reforma agrária** se some à **proteção da floresta**. A professora Laísa Sampaio é moradora do Projeto de Assentamento Agroextrativista Praia Alta Piranha, no sudeste do Pará. Ela está ameaçada de morte por criminosos que querem expulsar os assentados e derrubar as árvores.

Em maio de 2011, a irmã dela, Maria do Espírito Santo, e o cunhado, José Claudio da Silva, foram assassinados. Laísa deu um depoimento à Repórter Brasil contando por que, apesar do medo, ela continua a defender o meio ambiente: “Eu trabalho no grupo GTAE, Grupo de Trabalhadoras Artesanais Extrativistas. Nós confeccionamos os produtos, nós produzimos os fitocosméticos e os fitoterápicos a partir das oleaginosas: castanha, cupuaçu, andiroba. Você imagina, daqui cinco anos, como nós vamos trabalhar se a floresta for destruída?”.

Em 2011, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) divulgou um estudo feito com 121 trabalhadores libertados da escravidão. “Terra para plantar” foi a resposta que a maioria deles deu quando se perguntou quais as possíveis soluções para a melhoria de

suas condições de vida. Para ser sustentável, portanto, não basta que um produto ajude a reduzir as emissões de gases de efeito estufa (que são os gases que contribuem para as mudanças climáticas). A construção da sustentabilidade passa também pela **promoção dos direitos humanos**, entre eles o trabalho decente e o acesso à terra. Por exemplo: o etanol não pode ser

considerado sustentável enquanto continuar a, entre outros danos, ameaçar o território do povo guarani, no Mato Grosso do Sul; nem a soja pode ser vista como amiga do meio ambiente, por substituir a carne na dieta dos vegetarianos, enquanto for cultivada em monoculturas que abusam de agrotóxicos altamente nocivos, que chegam a contaminar o leite materno.

Thais Brianezi/Repórter Brasil



Em Vila Bela de Santíssima Trindade, no Mato Grosso, agricultores familiares mostram que gado e árvores frutíferas podem conviver em harmonia, no chamado manejo ecológico



Merizilda Cruppe/Greenpeace

Pecuária na Amazônia

A criação de bois é a atividade recordista de trabalho escravo no Brasil, tanto em número de casos quanto de trabalhadores libertados: aproximadamente 10,8 mil pessoas foram resgatadas em fazendas de gado desde 2003. A pecuária também é campeã de desmatamento: de cada 100 hectares de floresta amazônica destruídos entre 1997 e 2006, 69 deram lugar a pastagens.

Este mapa do Brasil está dividido por estados (linha preta) e, também, por biomas (manchas de cores). Os pontos vermelhos representam as áreas embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) por flagrantes de crimes ambientais. O embargo é uma punição mais severa do que a multa e a apreensão de produtos, porque impede qualquer tipo de atividade na área delimitada pelo órgão ambiental. Os dados são de 2011.



Trabalho escravo e destruição do meio ambiente

O trabalho escravo contemporâneo é um crime previsto no artigo 149 do Código Penal. Reduzir alguém a condição análoga à de escravo significa que pelo menos uma destas duas características gerais está presente na relação de trabalho:

- ✓ Condições degradantes: situações que tiram a dignidade da pessoa, como jornadas exaustivas, alojamentos insalubres e falta de alimentação adequada;
- ✓ Cerceamento da liberdade: geralmente causado por dívida ilegal com o empregador, isolamento geográfico, retenção de documentos e objetos, ameaças psicológicas e físicas, torturas e até assassinatos exemplares.



Carlos Juliano Barros/Repórter Brasil

Carvão vegetal na Caatinga

Entre 2003 e outubro de 2011, aproximadamente 2,7 mil trabalhadores foram libertados da escravidão na produção do carvão vegetal. De acordo com a Associação Mineira de Silvicultura, 43% do carvão vegetal consumido no país entre 2000 e 2009 vieram do desmatamento de biomas extremamente ameaçados, como a Caatinga. Mas este percentual pode ser maior, porque é grande o comércio ilegal, não registrado. A maior parte desse carvão vai para as siderúrgicas, que produzem o chamado ferro-gusa (matéria-prima do aço e de peças de ferro fundido).



Verena Góias/Repórter Brasil

Cana no Pantanal

O zoneamento agroecológico da cana instituído pelo governo federal em 2009 vetou a instalação de novas usinas de açúcar e álcool no Pantanal e na Bacia do Alto Paraguai – proibição recomendada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente desde 1985. Antes do zoneamento, contudo, diversas usinas já haviam se instalado na região, quase sempre às margens de importantes afluentes do Paraguai, o principal rio do Pantanal – representando, portanto, ameaças ao futuro do bioma. O plantio e, principalmente, o corte da cana-de-açúcar é a segunda atividade que mais escraviza pessoas no Brasil. Entre 2003 e outubro de 2011, cerca de 10,5 mil trabalhadores foram libertados da escravidão no setor sucroalcooleiro.



Thais Brianezi/Repórter Brasil

Soja no Cerrado

A soja ocupou 24,1 milhões de hectares no país na safra 2010/2011. Houve um crescimento de 2,9% em relação à área plantada na safra anterior e a expansão se concentrou no Mato Grosso, onde o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) embargou 60 mil hectares de terra e multou os produtores de grãos em R\$ 460 milhões pelo desmatamento não autorizado de vegetação nativa, a maior parte de Cerrado. A monocultura de soja gera poucos empregos, porque é altamente mecanizada. Ainda assim, um levantamento realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) apontou que entre 2007 e 2009 houve trabalho escravo em pelo menos 13 fazendas de soja no Mato Grosso, Goiás, Tocantins, Pará, Bahia, Maranhão e Piauí.



Válter Campanato/Agência Brasil

Pinus e eucalipto na Mata Atlântica

Os empresários que produzem pinus e eucalipto para a indústria de celulose chamam essas áreas de “florestas plantadas”. Já os ambientalistas usam o termo “deserto verde”, porque são plantações que avançam sobre territórios indígenas, quilombolas e de camponeses, reduzindo a quantidade de plantas e animais (biodiversidade) e, em alguns casos, consumindo tanta água que podem chegar a secar rios e córregos. A região Sudeste concentra cerca da metade do pinus e eucalipto do Brasil. A expansão desta atividade coloca em risco os 7% de vegetação nativa restante na Mata Atlântica. E, também, vem acompanhada de flagrantes de violações trabalhistas. No segundo semestre de 2011, havia 20 produtores de pinus e eucalipto no cadastro oficial dos empregadores autuados por trabalho escravo (a “lista suja”).

Este fascículo foi produzido pelo programa “Escravo, nem pensar!” (www.escravonempensar.org.br) da ONG Repórter Brasil (www.reporterbrasil.org.br), com apoio do Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso. Seu objetivo é contribuir para a reflexão em comunidades e escolas sobre a relação entre trabalho escravo e a destruição do meio ambiente.

Entre em contato com a gente para mandar sugestões ou comentários:

escravonempensar@reporterbrasil.org.br

Em São Paulo: Rua Bruxelas, 169, Sumaré
CEP 01259-020 São Paulo / SP

Em Tocantins: Rua Porto Alegre, 446, Bairro São João
CEP 77807-070 Araguaína / TO

Realização:



Apoio:

